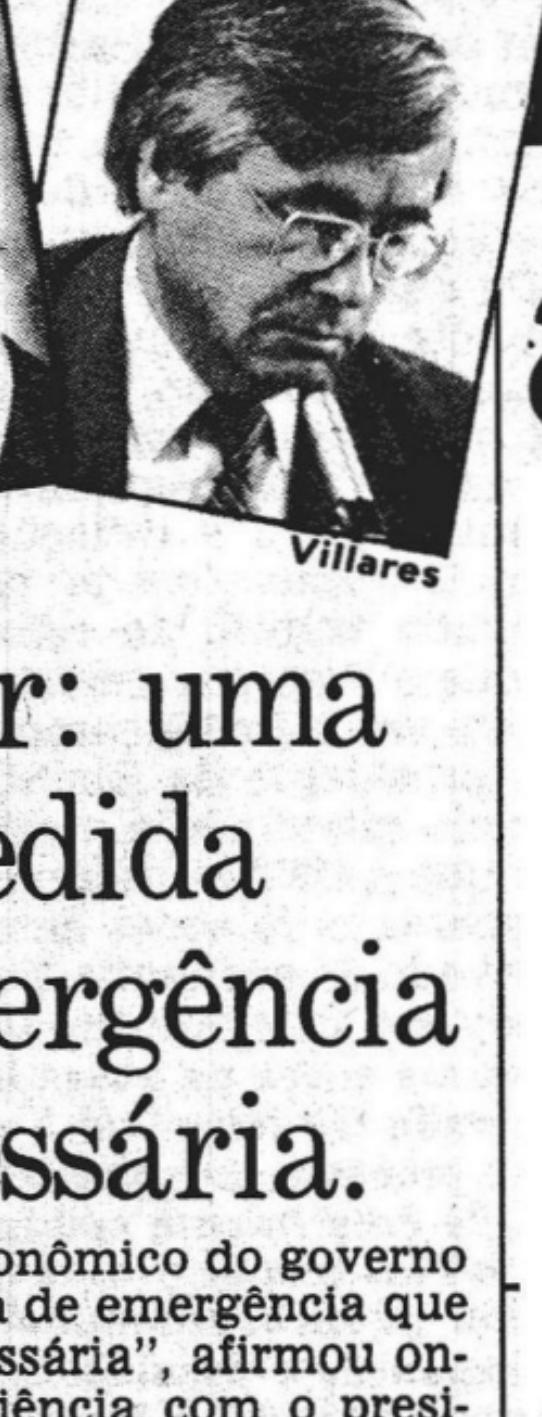




Sauer



Villares

Sauer: uma medida de emergência necessária.

O pacto econômico do governo "é uma medida de emergência que se tornou necessária", afirmou ontem, após audiência com o presidente José Sarney, o presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer. Ele disse ver o pacote como "ponto positivo, porque melhora a distribuição de renda e favorece o aumento da demanda interna".

Já o diretor da Brastemp, Antônio César Bonamico, disse que o pacote aprovado pelo Congresso tem aspectos positivos, duvidosos e negativos, enquanto o diretor-presidente do grupo Villares, Paulo Villares, afirmava que "o que foi feito foi bastante inteligente".

Sauer informou ao presidente Sarney que as exportações da indústria automobilística este ano, totalizarão uma receita de 1,9 bilhão de dólares, com vendas de 200 mil carros ao Exterior. Em 1986, somente a Voks exportará 550 milhões de dólares, número que crescerá para 700 milhões em 1987 e para um bilhão de dólares em 1988, segundo ele.

O presidente da Volkswagen informou, ainda, que o crescimento da indústria automobilística este ano foi da ordem de 14%, esperando que esta taxa se mantenha no próximo ano, "porque há uma grande demanda reprimida, que será ainda mais solicitada com as medidas econômicas adotadas pelo governo, com a aprovação do Congresso".

Para o diretor da Brastemp, o principal aspecto positivo do pacote é a preocupação social nele contida. O aspecto duvidoso, segundo Bonamico, é que o governo está tímido na contenção de seus gastos. E, o lado negativo, é a drenagem "do bolso privado para os cofres do governo". "Com isso, temos a perspectiva de mais tributação no futuro", disse Bonamico. Essa também é a opinião do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, para quem, apesar de o crescimento econômico aumentar a produção, reduzindo os custos, toda carga tributária é onerosa e quem acaba pagando é o consumidor.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica, Firmino Rocha de Freitas, acha que, se o pacote der certo, poderá colocar o Brasil "nos trilhos, ajudando toda a economia e principalmente garantindo a estabilidade política do País".

Nesse particular, o Partido dos Trabalhadores enviou telegrama dia 3 ao presidente da República, aos ministros do Planejamento e da Fazenda e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, manifestando "sua estranheza e sua apreensão diante da forma extremamente apressada com que o Executivo tenta impor ao Congresso Nacional a aprovação do chamado 'pacote econômico fiscal', que, pela sua importância, afeta a curto, médio e longo prazo toda a população brasileira". O telegrama, assinado pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirma ainda ser "fundamental que o Congresso e o conjunto da sociedade, através de suas entidades representativas, possam examinar o conteúdo dos projetos e suas consequências com a atenção e a seriedade que o assunto requer".

Partindo do pressuposto de que era preciso fazer alguma coisa, o que foi feito foi bastante inteligente", afirmou ontem, em Porto Alegre, o diretor-presidente do grupo Villares, Paulo Villares, em entrevista que concedeu antes de palestra na reunião-almoço da seccional gaúcha da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). Referindo-se ao pacote econômico do governo, acrescentou que "não devemos ser rápidos e levianos em fazer críticas simplórias".

Villares também entende que o governo está fazendo "aquilo que pode", inclusive no que se refere ao corte de despesas, que tem sido apontado como muito tímido. O empresário não ve razão para criticar nem mesmo no fato de o Congresso ter tido apenas cinco dias para a discussão do pacote, e observou: "Se o governo, de um lado, está agindo muito depressa, o que se espera é que a classe política também trabalhe mais depressa".

O presidente do grupo Villares assinalou ainda que, em vista do novo clima de democracia no País, o "FMI está sendo extremamente paciente" até que o Brasil defina suas medidas de contenção, "mas temos uma data para negociarmos com os bancos e os bancos já deixaram claro que não negociam conosco se não negociarmos antes com o Fundo".

Villares acredita que o governo somente sentirá os benefícios do pacote no segundo semestre do próximo ano. Manifestou-se preocupado com as consequências inflacionárias de uma ativação na demanda em razão da redução do imposto de Renda na fonte dos assalariados. Observando, porém, que essa demanda maior poderá compensar as medidas na área tributária que atingirão as grandes empresas.